

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA PARA A EMANCIPAÇÃO CIDADÃ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

GEOGRAPHICAL EDUCATION FOR CITIZEN EMANCIPATION AND PUBLIC POLICIES

Vinícius Pereira Macedo¹

RESUMO

No contexto da educação do século XXI, este artigo critica o distanciamento entre ensino tradicional e sua destoante perspectiva com a realidade sociocultural dos alunos. Revendo, assim, conceitos de uma abordagem pedagógica transdisciplinar e transcultural para formar cidadãos críticos, reflexivos e engajados, apontando para princípios educativos presentes na disciplina de Geografia. Além, de analisar políticas públicas de educação sob a ótica de consagrados autores da educação.

Palavra-chave: Educação; Emancipação; Transdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

A formação cidadã do filhote do homem (Arendt, 1954) sempre foi almejada pelas sociedades, desde o momento em que os gregos passaram a ter a noção de Paideia até os dias atuais, porém, a formação plena enfrenta inúmeros desafios no Brasil do século XXI, entre eles a confusão de um ensino que não dialoga com a realidade do alunado e a primazia por uma formação transpassada pelos interesses do capital.

Poder estar ao lado de meu pai era melhor do que estar na companhia de Dona Lourdes, com seu perfume enjoado e suas histórias mentirosas sobre a terra. Ela não sabia por que estávamos ali, nem de onde vieram nossos pais, nem o que fazíamos, se em suas frases e textos só havia histórias de soldado, professor, médico e juiz. [...] Com Zeca Chapéu Grande me embrenhava pela mata nos caminhos de ida e de volta, e aprendia sobre as ervas e raízes. Aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva, [...]. Aprendia que tudo estava em movimento – bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas. (Junior, 2018, p. 71).

Podemos, pelo trecho retirado do livro Torto Arado, perceber aspectos da cultura local e da vida local que não se comunicam com a(s) vida(s) estudada(s) na escola. A escola que ensinava apenas a vida de longe – com histórias estranhas e de personagens estranhos – não se comunicava com a vida que Belonisia via acontecer e aprendia a entender com seu pai Zeca Chapéu Grande. Nesse contexto, podemos questionar: mas, que ensino é esse? Entende-se que este é um ensino sem a presença de uma transdisciplinaridade e de uma transculturalidade

¹

Graduando em Geografia licenciatura pela Universidade Federal de Goiás.
viniciusmacedo@discente.ufg.br

que possibilitam a realidade do alunado ser conectada pelo conhecimento compartilhado em sala de aula.

Assim entendido, a escola não pode ser um mundo isolado, apartada da sua localidade e, ou, da realidade de seus alunos. Antes, deve conversar com os conhecimentos do alunado, que são pré- constituídos por meio das interações com o espaço geográfico (Vygotsky, 1920) e com seus valores, cultura, ética, estética e de todo atributo que formam sua cosmovisão de mundo, para então transpô- lo, não no sentido de substituí-los totalmente, mas no de inter-relacioná-los com o meio social para uma emancipação cidadã de tudo aquilo que os aprisione, permitindo-lhe questionar e transformar suas visões de mundo.

No entanto, como fazer isso na educação pública brasileira do século XXI? que limita cada vez mais a liberdade de cátedra do professor (Brasil, 1996, Art. 3), diante de inúmeras políticas públicas que desviam a educação dessa perspectiva emancipatória? Bom, como solução podemos nos valer da disciplina de Geografia, que carrega em si o grande potencial de compreensão de mundo de forma holística e passível de transformações.

METODOLOGIA

Em relação à metodologia, o presente artigo configura uma pesquisa qualitativa, básica, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica, destacando-se entre as referências em trabalhos acadêmicos e de pesquisadores da área do Ensino e comparando suas teses com a forma como a educação tem sido desenvolvida no país, principalmente com recorte no estado de Goiás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Objetivo, para além da crítica teórica, examinar exemplos concretos das políticas educacionais, fazendo um recorte nas praticadas no estado de Goiás, que contradizem os princípios da formação cidadã emancipatória aqui defendidos.

Como tantos exemplos, podemos inicialmente refletir sobre a militarização das escolas públicas, com o Programa de Escolas Cívico-Militares de Goiás, que foi expandido significativamente a partir de 2019, promove-se nas escolas disciplina rígida, padronização comportamental e controle da autonomia pedagógica, sendo esse último aspecto o mais crítico. Tal política reforça o controle e a obediência em detrimento do pensamento crítico e da liberdade de expressão, limitando a vivência democrática e a participação cidadã dos alunos. Porém, a defesa da educação universal confronta diretamente qualquer forma de apropriação do conhecimento, assim como qualquer tipo de posse exclusiva de valores, virtudes, cultura, ética, estética e de todo atributo inerentemente humano (Arroyo, 2007). O referido autor defende uma educação não hegemônica de conhecimento, valores e atributos humanos, uma educação para todos, universal, dotada de diferentes perspectivas ou mesmo de uma transdisciplinaridade, culturalidade, pessoalidade e sem prerrogativas para exclusão de saberes, valores e virtudes não pertencentes à elite (Mueller, 1968) Entendendo isso, podemos problematizar a relação aluno-escola, retratada no trecho do livro Torto Arado, em que é denunciada a escola que exclui um ou outro saber para impor saberes elitistas, valores e virtudes de forma não democrática, que forma restringindo. Escola que os tornam apenas "empregáveis e ordeiros", que os impedem de ter um desenvolvimento pleno, mantendo-os em um estado de ignorância e submissão. A educação e a cultura, que deveriam ser

ferramentas de emancipação, nestes casos são usadas para a manutenção do poder e *status quo* em vigor.

Outro ponto de atenção, existem hoje fortes parcerias com o setor privado (o Sistema S FIEG) com quem o Estado de Goiás mantém convênios e parcerias com instituições como o SENAI e o SESI, promovendo formações voltadas majoritariamente ao mercado de trabalho. Embora úteis economicamente, essas formações reduzem a educação a um treinamento técnico. Tal formação, fomentada pela indústria e que têm por objeto principal a formação de mão de obra facilitada para o mercado de trabalho está em constante crescente apontando o caminho percorrido, e a percorrer, da educação no Brasil do século XXI. Para isso, é importante descontinuar tal formação, que, por vezes, pelo interesse do capital, prioriza conhecimentos técnicos e mercadológicos, relegando a um segundo plano a formação cidadã plena. Embora úteis economicamente, muitas vezes deixam de lado os direitos humanos, a história local, os conflitos territoriais e a cidadania plena.

Outro aspecto que pode ser destacado, infelizmente, é o enfraquecimento das disciplinas de ciências humanas e a adoção de materiais didáticos padronizados e "neutros". Isso significa na prática, cortes de carga horária de Geografia, História e Sociologia em escolas técnicas e até mesmo no Ensino Médio regular, especialmente após a implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, que o estado começou a seguir em 2022. A descaracterização dessas disciplinas enfraquece a capacidade dos estudantes de compreender o mundo social e político, comprometendo sua autonomia crítica. Ainda, a distribuição de apostilas ou conteúdos de grandes editoras ou sistemas de ensino (como o SAS ou Aprova Brasil), que evitam temas considerados "polêmicos" ou que contestem o *status quo*. Tais materiais muitas vezes silenciam as realidades locais e reproduzem uma educação descontextualizada, homogênea e despolitizante. Em relação à necessidade dessa educação que forma plenamente o cidadão, entende-se a educação geográfica como indispensável nesse processo, já que esta ciência busca a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de compreender e transformar o espaço em que vivem. Durante o processo de educar, a Geografia está para além de uma disciplina de memorização de fatos e conceitos, mas que de forma ativa os relaciona com a realidade e isso de forma consciente e capacitando o discente a localizar-se no espaço, seja ele físico, social, econômico ou político. A Geografia fornece, ou deveria fornecer, ferramentas para que os alunos analisem o mundo e desenvolvam um pensar autônomo (Callai, 2018).

Nesse ínterim, apresenta-se, como solução para os problemas atuais, a disciplina de Geografia nas escolas públicas. Uma área do conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível aos educandos, explicável e passível de transformações. Esta ciência busca um ensino para a conquista da cidadania, suas temáticas na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação. Nessa perspectiva, os conteúdos assumem o peso e a responsabilidade de trabalhar os meios pelos quais os educandos receberão a informação e construirão sua formação, uma vez que o estudo da geografia proporciona a possibilidade de compreender sua posição no conjunto de interações de poder entre sociedade e também a natureza (Brasil, 1998). Uma disciplina que também precisa enfrentar mudanças, como aponta Lacoste (1977), o professor precisa abandonar a Geografia enciclopédica, memorística e sem sentido para o aluno, deixar de ser um transmissor de conteúdo e se tornar um motivador, que dê sentido à sua prática e ao objeto de estudo, incentivando o aprendizado. E mais, Guimarães (2015) questiona a utilidade dos conhecimentos geográficos aprendidos na escola e o alcance desses conhecimentos. A autora defende a autocrítica dos professores, que devem

refletir sobre sua prática escolar, pois a Geografia não se limita a responder "onde", mas também "como", "quem", "por quê", "para quê" e "para quem" o espaço é produzido e usado. Mas, em todos os horizontes a Geografia tem sua grande importância e contribuição na formação do fihote do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação tecnicista, que prepara para o mercado de trabalho, não é em si um problema, mas a partir do momento em que essa substitui a formação de um cidadão pleno ou é estabelecida como o principal fim da educação, então se torna um problema. Conforme Santos (2014), para se tornar cidadão pleno o indivíduo precisa fazer jus às múltiplas dimensões de cidadania, tais como: civil, política, socioeconômica, do consumo, do pertencimento e, por fim, a dimensão espacial.

Busco, então, na Geografia e a partir da problematização presente neste artigo, a disciplina escolar que possa contribuir para o cidadão pleno, sendo aquela que promoverá a transdisciplinaridade e a transculturalidade durante a formação, estas de suma importância para termos alunos ativos e participantes na sociedade, conhecedores de seus direitos e deveres. Trazendo a temática social, política e econômica de forma sistemática e renovada, em que permita aos alunos entenderem a realidade e, assim, construir saberes a partir das suas vivências e experiências vinculadas ao espaço que os cercam.

Com as revisões de conceitos educacionais e políticas públicas atuais vê-se como a educação pode pecar contra aquele que está no processo de formação, quando por motivos que nem mesmo este escolheu, prefere formá-lo para a manutenção de um sistema que se mantém pela exploração da força de trabalho e deixa em segundo plano a formação cidadã plena.

Finalmente, perspectivando a educação hoje, afirma-se que a questão não é de anteposição, mas de lucidez. A educação transpassada pelos interesses do capital pode até formar o sujeito, mas este estará limitado para ser apenas mais um acumulador de bens e não um cidadão emancipado, ativo e consciente dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BERNI, L. E. V. **Psicologia e povos indígenas. Capítulo: ensaio para uma epistemologia trans (disciplinar, cultural e pessoal) na mediação da psicologia em sua aproximação com os povos indígenas.** São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/povos/povos/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 3º. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23dez. 1996.
Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96>. Acesso em: 05 abr. 2025.

CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica para a formação cidadã.** Rev. geogr. Norte Gd. n.70, Santiago, set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022018000200009. Acesso em: 27 mar. 2025.

CAVALCANTI, L. S. (2005). **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia.** Cadernos Cedes, 25(66), 185-207.

COPATTI, Carina; CALLAI, Helena Copetti. **Construção de valores e cidadania: uma abordagem necessária no ensino de Geografia.** Revista Ensino de Geografia (Recife) V. 5, n. 2, 2022.

FREITAS, R. A. **O ensino de Geografia, a formação docente e o papel dos professores de hoje: dilemas e conflitos.** Revista Educação Pública UFRJ. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/46/o-ensino-de-geografia-a-formacao-docente-e-o-papel-dos-professores-de- hoje- dilemas-e-conflitos>. Acesso em: 03 abr 2025.

SANTOS, Rayani Mariano dos. BORIOLI, Flávia. **Escola sem partido e o processo de desdemocratização no Brasil.** Rev. SciELO Brasil. Jan, 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0102-247286/120>. Acesso em: 01 abr 2025.

SCHWARTZMAN, S; CASTRO, C. de M. **Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra.** Revista SciELO Brasil. Set 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/B8Kb6jfXqvCrfrfpWw8Wsm/?lang=pt>.

Acesso em: 01 abr 2025.

SILVA, L. P da. **Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.** Revista SciELO Brasil. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/TNb6QN6cW3XMGDQtdX9dNw>. Acesso em: 01 abr 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado.** São Paulo: Leya, 2018.

Arroyo, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.